

# MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

## Concurso Público

### CARGO 4:

Analista de Infraestrutura ~ Área IV

## Provas Objetivas

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do cargo/área para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu nome e o nome do cargo/área para o qual você concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do cargo/área para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
**Às vezes, lavando-se as mãos, suja-se a consciência.**  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A construção de indicadores para mensurar a  
 qualidade de vida urbana não é tarefa simples, especialmente  
 quando tais indicadores passam a ser efetivamente empregados  
 4 pelo poder público, como ferramentas auxiliares, na tomada de  
 decisão. Tradicionalmente, os indicadores sociais procuram  
 avaliar as condições de vida focando o indivíduo, as pessoas,  
 7 independentemente do contexto em que vivem. Tais  
 indicadores, muitas vezes denominados populacionais ou  
 sociodemográficos, captam o efeito do acesso da população a  
 10 bens e serviços, ou seja, o acesso social. No entanto, para que  
 seja útil à formulação de políticas públicas, essa abordagem  
 deve ser capaz de avaliar a qualidade de vida urbana.  
 13 Especialmente quando se trata do planejamento municipal,  
 é preciso que os indicadores expressem a capacidade do  
 município em oferecer tal qualidade de vida a seus moradores.  
 16 Em outras palavras, é fundamental que avaliem também a  
 oferta de serviços, sinalizando sua localização geográfica e a  
 possibilidade espacial de acesso à oferta por parte da  
 19 população, ou seja, o acesso espacial.

María Inês Pedrosa Nahas. *A qualidade de vida urbana em números*. In:  
 Com Ciência: Revista eletrônica de jornalismo científico (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, a respeito da organização das ideias no texto acima.

- 1 Depreende-se da argumentação do texto que a construção de “indicadores sociais” (ℓ.5) poderia ser uma tarefa simples, se estes não fossem empregados, como ferramentas auxiliares, em tomadas de decisão.
- 2 Nas linhas 9 e 10, a ausência do sinal indicativo de crase no **a**, em “a bens e serviços”, indica que esse termo deve ser interpretado como complemento de “população” e não de “acesso”.
- 3 De acordo com o texto, entende-se que “acesso social” (ℓ.10) diferencia-se de “acesso espacial” (ℓ.19) pela exclusão, no primeiro, do contexto de oferta e acesso a serviços que constituem infraestrutura à qualidade de vida da população.
- 4 A expressão “essa abordagem” (ℓ.11) remete ao conjunto de indicadores que também recebe o nome de “populacionais ou sociodemográficos” (ℓ.8-9).
- 5 O uso do modo subjuntivo em “expressem” (ℓ.14) e “avaliem” (ℓ.16) é exigido pela estrutura gramatical em que ocorrem esses verbos; ao mesmo tempo, também indica, juntamente com “é preciso” (ℓ.14), uma avaliação do autor a respeito do que ele afirma.

1 Quando Nova Iorque vivia seu *boom* imobiliário e  
 financeiro, fruto do crescimento econômico que consolidou os  
 Estados Unidos da América como potência mundial, Gordon  
 4 Matta-Clark formava-se em arquitetura. Naquele final da  
 década de sessenta, no entanto, o jovem arquiteto interessava-  
 se menos por torres que escalavam os céus do que por  
 7 estruturas abandonadas da periferia e por sistemas subterrâneos  
 da cidade. Em vez de construir, seu projeto era “cortar”  
 edifícios ou “desfazer espaços”. Matta-Clark interessava-se  
 10 pela situação paradoxal de um contexto urbano em que  
 conviviam modernização e abandono. Quando Wall Street  
 investia na construção das torres gêmeas do World Trade  
 13 Center para estimular o crescimento do sul da ilha, ele  
 documentava a miséria das pessoas que viviam na região, no  
 filme *Fire Child*. Foi quando começou seus projetos de  
 16 perfurações de edifícios condenados ao desaparecimento e a  
 gestar suas ideias de *anarquitectura*. Seus primeiros cortes  
 foram subversivos, já que não conseguia permissão oficial para  
 19 projetos de intervenção urbana. Mas o artista não tardou a ter  
 seu trabalho reconhecido pelo sistema de arte internacional.

Istoé, 10/2/2010 (com adaptações).

Acerca da organização do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 6 Preserva-se a correção gramatical do texto ao se deslocar a vírgula que segue “financeiro” (ℓ.2) para depois de “econômico” (ℓ.2); mas, para que as relações de coerência entre os argumentos também sejam preservadas, é necessário retirar a vírgula logo depois de “mundial” (ℓ.3).
- 7 O uso da forma não pronominal do verbo **interessar**, retirando-se o pronome de “interessava-se” (ℓ.5-6), preservaria a correção gramatical e a coerência textual, desde que fosse empregada a preposição **a** antes do termo “o jovem arquiteto” (ℓ.5), escrevendo-se **ao jovem arquiteto interessava**.
- 8 As relações gramaticais e textuais do período sintático em que ocorre a expressão “em que” (ℓ.10) permitem sua substituição no texto, tanto por **onde** quanto por **no qual**, sem se prejudicar a coerência ou a correção do texto.
- 9 Na linha 15, o verbo **começar** está flexionado na terceira pessoa do singular porque se refere a Gordon Matta-Clark; a flexão no plural, para concordar com “seus projetos”, prejudicaria a correção gramatical e a coerência do texto.

1 O tema do homem, que vive em harmonia com seu  
meio ambiente, é levado por meio de todo trabalho do artista  
austriaco F. Hundertwasser. Voltou-se contra a padronização  
4 geométrica das pessoas e elaborou um manifesto contra a linha  
reta. A espiral se tornou sua marca. Seu engajamento valia pela  
preservação das peculiaridades regionais. Trabalhou como  
7 ativista ambiental, bem como contra um grande projeto de  
central elétrica às margens do rio Danúbio. Sobretudo, em sua  
arquitetura, ele tentou concretizar a busca por um mundo  
10 humano e em harmonia com a natureza.

Caixa Cultural (Brasília). Hans-Peter Glanzer, embaixador da Áustria no Brasil. //:  
Olhares sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e meio  
ambiente. Hundertwasser e Mello. Catálogo: 24/6 a 19/7/2009 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 10 Seriam alteradas as relações entre as ideias do texto, mas seria preservada sua correção gramatical, caso fossem retiradas as vírgulas logo depois de “homem” (ℓ.1) e de “ambiente” (ℓ.2).
- 11 No desenvolvimento do texto, a flexão de singular em “Voltou-se” (ℓ.3) estabelece relações de coesão e concordância com “homem” (ℓ.1).
- 12 O emprego de “como” (ℓ.7) é necessário para indicar que são dois os complementos de “Trabalhou” (ℓ.6), e também para evitar a ambiguidade no que se refere às atividades exercidas pelo artista austriaco.
- 13 Sem prejudicar a correção gramatical, seriam preservadas as relações de significação originalmente estabelecidas no texto — com a vantagem de se usar uma estrutura paralela a “por um mundo humano” (ℓ.9-10) — se, em lugar de “em harmonia” (ℓ.10), fosse escrito **pela harmonia**.
- 14 A argumentação do texto deixa subentender que, na visão de F. Hundertwasser, embora as linhas curvas sejam mais adequadas ao ser humano, a “harmonia com a natureza” (ℓ.10) é alcançada na associação equilibrada entre a espiral e as figuras geométricas.

Com relação aos estudos de viabilidade socioeconômica de projetos, julgue os itens a seguir.

- 15 A taxa interna de retorno socioeconômico — utilizada na análise socioeconômica exigida pelo em estudos de pré-viabilidade dos projetos de grande vulto — é definida como a taxa de desconto que iguala os totais dos benefícios e dos custos socioeconômicos em valores presentes, fazendo que o valor presente líquido socioeconômico seja igual a zero, e a relação benefício/custo socioeconômico seja igual a um.
- 16 Nos projetos governamentais, há efeitos colaterais importantes sobre a atividade econômica e toda a sociedade que geram economias ou deseconomias externas, cujo cômputo distingue a análise social da tradicional. Exemplo de deseconomia, do ponto de vista da distribuição de renda, é a resultante da descentralização espacial da produção, que reduz a escala das operações que poderiam ser realizadas em um único local ou apenas nas grandes metrópoles, em áreas densamente povoadas.
- 17 O orçamento plurianual, integrante do modelo introduzido pela Constituição Federal de 1988 (CF), é compatível com o plano plurianual de governo e com o processo de planejamento, e inclui as despesas de custeio, resultantes da expansão das ações governamentais, evitando, assim, a descontinuidade dos projetos de longo prazo.

Julgue os itens subsequentes com base na teoria e nas aplicações de macroeconomia.

- 18 Há transações que aparecem no mercado, mas estão excluídas do produto nacional, como o autoconsumo em propriedade agrícola, e transações que não aparecem no mercado, mas são computadas no produto nacional, como os pagamentos de pensões e reformas.
- 19 Caso haja crescimento econômico no país, com o aumento da demanda agregada, e a capacidade de produção esteja esgotada ou se aproxime do pleno emprego, o aumento das importações é uma das possíveis soluções para se evitar a inflação, pois reduz a demanda líquida do setor externo.
- 20 A função do governo como provedor das necessidades públicas não se confunde com a função de produtor de produtos de bens e serviços, que podem ser fornecidos também por empresas privadas, mediante aquisição pelo governo, transferências aos beneficiários ou subsídio aos produtores. Nessas situações, o suprimento dessas necessidades ocorre pela via orçamentária, por meio da tributação.
- 21 Considerando que o quadro abaixo apresenta as contas de determinado ente ao final de um período, é correto afirmar que o produto interno bruto desse ente, a preços de mercado, foi de R\$ 1.500,00.

contas	saldos (R\$)
salários pagos	500,00
outras remunerações de fatores da produção pagas	800,00
depreciações (de ativos fixos)	70,00
subvenções (às empresas)	25,00
tributos diretos	125,00
tributos indiretos	290,00
transferências (às famílias)	60,00
renda enviada ao exterior menos renda recebida do exterior	65,00

RASCUNHO

A respeito dos conceitos e das aplicações da microeconomia, julgue os itens que se seguem.

- 22 Quando a elasticidade-preço da demanda for maior do que um, a demanda será elástica. É o caso, por exemplo, de bens produzidos internamente, quando há aumento de preços e existe uma forte proteção tarifária em relação a esses mesmos bens produzidos nos mercados concorrenciais externos.
- 23 De acordo com a teoria dos custos, com todos os fatores de produção variáveis, a escolha racional de uma empresa, a longo prazo, corresponderá à curva de custo médio de curto prazo, cujo ponto mínimo coincide com o ponto mínimo da curva de custo médio de longo prazo. Até atingir o nível de produção correspondente à escala ótima, com o menor custo médio, haverá economias de escala e, por isso, a expansão da capacidade de produção é indicada.
- 24 Considere que se pretenda avaliar um programa de distribuição inicial de casas para uma população flagelada, aplicando-se o conceito da eficiência de Pareto ou, simplesmente, de eficiência econômica. Nesse caso, se for possível melhorar a situação de todos os beneficiários ao se promover uma redistribuição dessas casas, a alocação será eficiente; se for possível melhorar a situação de apenas alguns dos beneficiários, em detrimento de outros, a alocação será ineficiente.

Com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos da União, e no disposto na Lei n.º 11.539/2007, que dispõe sobre a carreira de analista de infraestrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de especialista em infraestrutura sênior, julgue os itens seguintes.

- 25 Considere que servidora pública federal tenha filha com doença rara, cujo diagnóstico foi feito por perícia médica oficial. Nessa situação, considerando que a assistência dessa servidora, ao longo do tratamento de sua filha, seja indispensável e que não seja possível a manutenção de suas atribuições funcionais como servidora pública, poderá ser-lhe concedida licença, por motivo de doença, pelo período de doze meses, sem prejuízo de sua remuneração.
- 26 Considere que Paulo, servidor público federal lotado em Brasília, pretenda ser removido a pedido para o Rio de Janeiro, independentemente do interesse da administração, para acompanhar sua esposa, servidora pública federal, aprovada recentemente em concurso público, lotada no Rio de Janeiro. Nessa situação hipotética, Paulo fará jus à citada remoção, conforme expressa autorização da Lei n.º 8.112/1990.
- 27 A promoção na carreira de analista de infraestrutura ocorre mediante a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior, observando-se, entre outros requisitos, a participação em eventos de capacitação com carga horária mínima estabelecida em regulamento.

No que se refere à Lei n.º 11.079/2004, que trata das parcerias público-privadas, e à Lei n.º 8.987/1995 — Lei Geral de Concessões —, julgue o item abaixo.

- 28 O contrato de parceria público-privada deve ser assinado com a sociedade de propósito específico, a qual fica incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria. Essa sociedade poderá assumir a forma de companhia aberta, sendo possível que uma instituição financeira controlada pelo poder público venha a possuir a maioria do capital votante.

Julgue os itens a seguir, referentes à Lei n.º 10.257/2001.

- 29 Consórcio imobiliário é o negócio jurídico estabelecido entre o proprietário do imóvel e o poder público, como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel, em que o proprietário transfere ao poder público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.
- 30 Considere que Joana tenha sido contemplada com um terreno público, em decorrência de um programa habitacional de baixa renda desenvolvido pelo município, na forma de concessão de direito real de uso, e nele pretenda construir a sua casa. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que esse imóvel não pode ser dado como garantia de contratos de financiamentos habitacionais.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao disposto na Lei n.º 8.666/1993.

- 31 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, pode, desde que previsto em edital, executar a obra ou o serviço.
- 32 O instrumento de contrato nem sempre é obrigatório nos contratos administrativos regidos pela Lei n.º 8.666/1993, podendo a carta-contrato, a nota de empenho de despesa, a autorização de compra ou a ordem de execução de serviço servir como provas do negócio jurídico.

Julgue os itens seguintes, relativos à eficácia das normas constitucionais.

- 33 O dispositivo constitucional que estabelece ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais instituídas em lei, constitui exemplo de norma de eficácia limitada.
- 34 Constitui exemplo de norma de eficácia plena o preceito constitucional que garante aos maiores de 65 anos de idade a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

No que se refere aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 35 A dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como a construção de sociedade livre, justa e solidária, figuram entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.
- 36 Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, entre outros princípios, pelo da igualdade entre os estados, da não intervenção e da vedação à concessão de asilo político.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF, julgue os itens que se seguem.

- 37 A CF assegura a todos, tanto no âmbito judicial como no administrativo, a razoável duração do processo.
- 38 Considere que André tenha requerido certidão para a defesa de direito pessoal junto a determinada repartição pública e que essa repartição tenha exigido o recolhimento de taxa para cobrir as despesas relativas à correspondente expedição. Nessa situação hipotética, a exigência foi inconstitucional, já que a obtenção de certidões em repartições públicas para a defesa de direitos independe do pagamento de taxas.
- 39 Caso determinada associação tenha tido suas atividades suspensas por ato devidamente fundamentado da administração pública, esse ato será considerado válido, já que foi emanado de órgão público em decisão devidamente fundamentada.

Julgue os itens a seguir, referentes à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

- 40 Segundo a CF, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal (DF), os municípios e os territórios, todos dotados de autonomia.
- 41 Se determinado estado-membro editar lei que estabeleça obrigações a serem observadas pelos empregadores em suas relações com os empregados, tal lei será inconstitucional, visto que é de competência privativa da União legislar a respeito de direito do trabalho.

Julgue o próximo item, referente à administração pública.

- 42 Considerando que determinado órgão público pretenda promover a contratação de profissionais por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, a contratação poderá dar-se sem concurso público.

Considere que, assim que tomaram posse, ainda no mês de janeiro, o presidente da República tenha editado lei majorando as alíquotas do imposto sobre exportação para o exterior, para ser cobrada a partir de maio do mesmo exercício; o governador de determinado estado tenha editado lei concedendo abatimento na base de cálculo do ICMS; um prefeito municipal tenha editado lei instituindo imposto predial e territorial urbano sobre imóveis de propriedade de autarquia federal que estavam sendo alugados a particular, efetuando a cobrança a partir da data da locação; e o governador do DF tenha instituído taxa pela utilização dos estacionamentos públicos. Com base nessa situação, julgue os itens subsequentes.

- 43 Foi legítima a majoração estabelecida pela União; a edição de lei, entretanto, foi desnecessária, já que o princípio da legalidade é inaplicável a essa situação.
- 44 A exação estabelecida pelo município afrontou os princípios da anterioridade e da irretroatividade da lei tributária.
- 45 O estado poderá conceder, unilateralmente, o benefício fiscal, principalmente para atender às desigualdades regionais reinantes por benefício semelhante concedido por estado fronteiriço, em face do princípio da igualdade tributária.
- 46 O DF não pode cobrar a referida taxa, já que estabeleceu a incidência sobre bem público e não sobre serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte.

Considerando que o Poder Executivo tenha enviado projeto de lei ordinária ao Congresso Nacional, estabelecendo normas gerais relativas à exploração de jazidas e minas, julgue os itens de 47 a 52.

- 47 Por se tratar de matéria privativa da União, de iniciativa do presidente da República, esse processo legislativo deveria ser iniciado no Senado Federal.
- 48 A votação do projeto pelo Senado Federal dependerá da presença da maioria absoluta dos membros dessa casa legislativa, mas, para sua aprovação, bastará a maioria de votos.
- 49 Tendo sido apresentada emenda ao projeto original por uma das casas legislativas e aprovada pela outra, com veto do presidente da República rejeitado pelo Congresso Nacional, a promulgação caberá ao vice-presidente do Senado Federal.

- 50 Promulgada a lei, o presidente da República pode arguir, perante o Supremo Tribunal Federal, que apreciará a matéria mediante recurso extraordinário, a inconstitucionalidade de emenda apresentada ao projeto.

- 51 Considere que, na aplicação da referida lei, uma sociedade comercial mineradora tenha se sentido prejudicada e, entendendo que o texto legislativo afronta a CF, tenha proposto ação direta de inconstitucionalidade perante a justiça estadual. Nessa situação, caso a lei seja considerada inconstitucional, o Supremo Tribunal Federal avocará o processo para julgamento.

- 52 No que concerne às jazidas de petróleo, a lei é necessária para estabelecer condições de contratação de pesquisa e de lavra por empresas estatais ou privadas, uma vez que tais atividades são de monopólio da União.

Considerando que o proprietário de uma fazenda com aproximadamente dois mil hectares pretenda fabricar fertilizantes em sua propriedade, julgue os itens a seguir.

- 53 Considerando-se o disposto na legislação brasileira, é correto afirmar que há possibilidade de uma licença prévia ser concedida ao proprietário da fazenda já na fase preliminar do planejamento do empreendimento.

- 54 Os documentos, os projetos e os estudos ambientais necessários ao início do processo de licenciamento são definidos pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor.

- 55 A certidão da prefeitura municipal declarando que o local e o tipo de empreendimento estão de acordo com a legislação aplicável ao uso e à ocupação do solo é obrigatória somente se a referida fazenda se localizar em um único município.

Considerando que o proprietário de determinada área rural pretenda instituir servidão ambiental nessa área, julgue os itens que se seguem.

- 56 A instituição da servidão depende da anuência do órgão ambiental competente e implica renúncia, por parte do referido proprietário, em caráter permanente ou temporário, total ou parcial, do direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

- 57 Durante o prazo de vigência da servidão ambiental, ficará vedada a alteração da destinação da área, salvo no caso de o imóvel ser transmitido a título de alienação, com prévia anuência do órgão ambiental competente.

A Empresa Alfa, fabricante de baterias para veículos automotores, em decorrência da sua atividade, deixou derramar produto nocivo em um rio próximo à sua fábrica, o que acarretou a morte de milhares de peixes e a degradação das águas desse rio.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 58 A empresa tem a obrigação de indenizar os danos causados ao meio ambiente, sendo sua culpa presumida, segundo legislação pertinente.

- 59 A empresa não perderá o direito de exercer sua atividade, mas estará sujeita à suspensão da atividade exercida.

- 60 Ato que venha a declarar a restrição de incentivos fiscais porventura concedidos à empresa será atribuição da autoridade que concedeu o incentivo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da análise e avaliação técnica, econômica e socioambiental de projetos de interesse público, atividade fundamental ao uso racional dos recursos públicos, julgue os próximos itens.

- 61 Sob a impossibilidade de identificação de viabilidade técnica, social ou ambiental de um projeto, não se faz necessária a sua avaliação econômica.
- 62 Os benefícios abrangem todos os ganhos decorrentes de um projeto, identificáveis sob a forma de ativos ou valores, expressos em valores econômicos ou não.
- 63 Os métodos econômicos empregados na quantificação dos benefícios diretos e indiretos de um projeto têm como objetivo atribuir valor econômico a tais benefícios, a fim de permitir a avaliação da viabilidade econômica do projeto.
- 64 Na análise de viabilidade econômica de um projeto, os custos associados à mitigação ambiental devem ser considerados como parcela dos custos de implantação e(ou) operação.
- 65 As externalidades referem-se a efeitos negativos causados a terceiros (indivíduos, grupos ou a natureza), ou seja, àqueles que estão além da relação direta e imediata de um dado conjunto de agentes.
- 66 Na projeção de futuro, para cálculo de oferta e demanda relacionada a determinado bem ou serviço associado ao projeto em análise, o horizonte temporal a ser considerado deve ser igual, no mínimo, à meia vida útil estimada para o empreendimento.

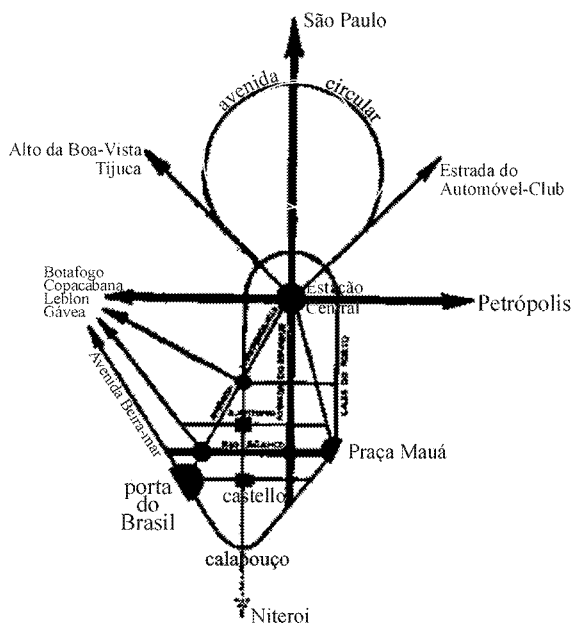


Figura I - Plano Agache  
Esquema de circulação

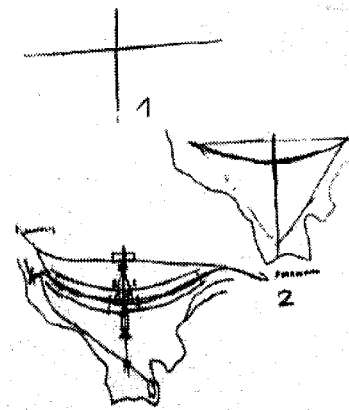


Figura II - Primeiros esboços  
de Brasília. Lúcio Costa

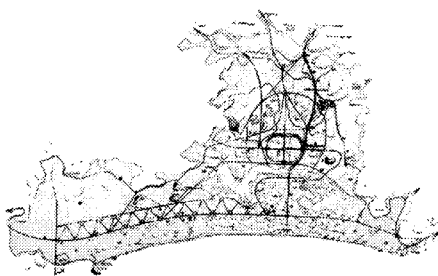


Figura III  
Barra da Tijuca

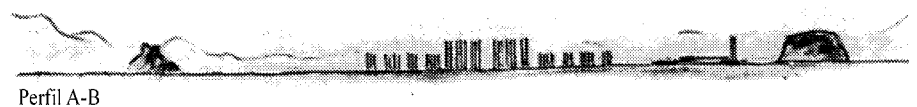


Figura IV –  
Perfil do Plano Piloto da Barra da Tijuca. Lúcio Costa

Para Alfred Agache, a cidade deveria ter uma *échelle des types*, uma gradação de tipos e alturas, que resultariam em uma silhueta mais densa e alta no centro, e uma mais rarefeita e baixa nos subúrbios. No seu plano de 1920 para o Rio de Janeiro, figura I, o centro da cidade ocuparia a principal posição nessa hierarquia. Os edifícios altos contribuiriam para criar essa imagem coerente de cidade.

Tendo como referência as figuras e o texto acima, julgue os itens de 67 a 69, referentes ao projeto urbano.

- 67 No início do século XX, Agache e outros urbanistas, como Le Corbusier e Lucio Costa, anteviram, em suas utopias, a realidade contemporânea da verticalização urbana; porém, nem Lucio nem Le Corbusier propuseram o tipo de hierarquização presente no Plano Agache.
- 68 O desenho de Agache, figura I, mostra a cidade estruturada a partir de seu sistema viário. Também na figura II, a cruz, traçado regulador de Brasília feito por Lucio Costa, é, em última instância, a base de seu sistema viário.
- 69 O Plano Piloto da Barra da Tijuca, figura III, deriva de um planejamento espacial evolúmerico que funde a ideia de Agache, de uma alça contornando o centro, com as curvas do desenho do plano de Brasília. Com isso, esse projeto prioriza o desenho em detrimento da topografia e dos acidentes geográficos.
- 
- Julgue os itens seguintes, referentes à metodologia de projeto.
- 70 No desenvolvimento da arquitetura, nos últimos anos, as formas das edificações tornaram-se mais complexas e sofisticadas. Não se trata somente de uma tendência. Contribuiu para isso o uso dos sistemas CAD, já que, com eles, a representação e a manipulação da geometria foram facilitadas.
- 71 A maquete do objeto em fase de projeção, em escala reduzida, é uma representação menos fiel do objeto em relação ao desenho, já que a segunda dimensão não é considerada. O aspecto positivo dessa representação refere-se à possibilidade de o objeto poder ser contemplado do alto e à luz do Sol.
- 72 A introdução do desenho no processo de criação distingue o projeto arquitetônico da criação artesanal ou da construção vernacular.
- 73 No processo de projeto, são feitas representações de dois tipos distintos: os desenhos de representação intermediários, para dar suporte à construção, e os desenhos de execução final, para o cliente ou para a venda do produto.
- 74 No projeto de edificações, é papel do projetista apresentar soluções, que, em princípio, atendam ao programa do cliente, nos aspectos funcionais e técnicos, e ao enfoque econômico que o cliente propõe.
- 75 No processo de projeto em arquitetura, a criação segue métodos rígidos e universais, que admitem procedimentos comuns a todos os projetistas. O campo projetivo arquitetônico situa-se na área da ciência, por responder a questões perfeitamente definidas.
- 
- Segundo a NBR 13532, a execução da atividade técnica do projeto de arquitetura contempla as seguintes etapas: levantamento de dados, programa de necessidades, estudo de viabilidade, estudo preliminar, anteprojeto ou de pré-execução, projeto legal, projeto básico (opcional) e projeto para execução. Considerando essas etapas do projeto de arquitetura, julgue os itens de 76 a 82.
- 76 O programa de necessidades de arquitetura determina as características espaciais, ou as necessidades de cada ambiente, e de sua ocupação, capacidade, movimentos, fluxos e períodos, além das dimensões dos serviços, dos veículos e do mobiliário.
- 77 É conveniente que o programa de necessidades seja integrado por alguns documentos, tais como planilha com a relação entre ambientes, usuários, atividades e equipamentos; matriz de interatividade; fluxograma e organograma funcional.
- 78 Os documentos necessários à concepção arquitetônica da edificação como gabaritos, áreas úteis dos ambientes, além de recursos audiovisuais como filmes, fitas de vídeo, perspectivas, maquetes e fotografias, compõem as informações técnicas do estudo preliminar de arquitetura.
- 79 O anteprojeto de arquitetura, ou de pré-execução, fornece as informações técnicas necessárias e suficientes ao atendimento das exigências legais para os procedimentos de análise e de aprovação do projeto e da futura construção, incluindo os órgãos públicos e as companhias concessionárias de serviços públicos.
- 80 O projeto básico de arquitetura é opcional, porque não se destina à obra, mas aos técnicos especializados, como calculista, projetista de instalações e orçamentista.
- 81 O projeto básico é composto pelos seguintes desenhos, entre outros, planta geral de implantação, planta de terraplenagem, cortes de terraplenagem, planta dos pavimentos, planta das coberturas, cortes (longitudinais e transversais).
- 82 O projeto executivo de arquitetura, solução definitiva do anteprojeto, destina-se à obra e é formado, entre outros, pelos seguintes produtos: projeto estrutural, projeto dos sistemas elétricos e hidráulicos, projeto de telefonia e de informática, além de plantas, cortes, elevações, especificações e memoriais.
- 
- Com referência à atuação da Secretaria Nacional de Defesa Civil e às ações preventivas de defesa civil nas proximidades da Usina de Angra, julgue os itens que se seguem.
- 83 As ações preventivas contra risco de contaminação radiológica ocorrem mediante a articulação dos órgãos federais, estaduais e municipais de defesa civil.
- 84 As ações preventivas restringem-se a exercícios simulados com a população e à promoção de campanha anual de esclarecimento nas escolas localizadas na área de influência da usina.
- 
- Julgue os itens seguintes, relativos às obras de infraestrutura de parcelamentos urbanos.
- 85 Ruas pavimentadas, incluindo guias e sarjetas, não fazem parte, necessariamente, do sistema de drenagem de águas pluviais, constituído, geralmente, por redes de tubulações e seus sistemas de captação, como bocas de lobo, galerias e poços de visita.
- 86 Em uma via danificada por agentes de tráfego, como automóveis, ônibus, caminhões, ou por agentes naturais, como inundações e escorregamentos de aterros que impeçam ou dificultem o trânsito normal, apenas a manutenção corretiva é necessária, sanando as patologias mais comuns, como buracos na pista, destruição das proteções laterais, deslocamento e deterioração dos pavimentos.
- 87 A rede de energia elétrica pode ser aérea ou subterrânea, sendo esta última a solução mais cara. Nas áreas urbanas de baixa densidade e nas de pouco poder aquisitivo, a rede elétrica aérea é a solução obrigatória pelo seu menor custo, embora produza poluição visual e apresente menor segurança que a subterrânea.

Considerando os planos municipais de saneamento básico que representam condições essenciais para a execução de uma política de desenvolvimento sustentável no âmbito dos municípios, julgue os itens a seguir.

- 88** A criação e a manutenção de um sistema integrado de monitoramento dos recursos hídricos associado a um sistema de informação, além da realização de estudos aplicados e pesquisas relacionadas ao sistema de saneamento, são primordiais para que sejam detectadas lacunas informativas ou de conhecimento sistêmico.
- 89** Sensibilização e participação da sociedade civil são fundamentais, em matéria de gestão de recursos hídricos urbanos, por meio do lançamento de iniciativas de educação, formação e informação.

Julgue os itens de **90 a 98**, que dizem respeito a projetos e obras de construção civil.

- 90** Em levantamentos topográficos, fazem parte de uma estação total um teodolito eletrônico (medida angular), um distanciômetro eletrônico (medida linear) e um processador matemático, associados em um só conjunto.
- 91** Para a execução de sondagens de simples reconhecimento em solos, em casos especiais de sondagens profundas em solos instáveis, pode ser empregada lama de estabilização em vez de tubo de revestimento.
- 92** A infiltração tem grande influência no ciclo hidrológico, pois aumenta e retarda os picos de cheias, distribuindo o volume precipitado ao longo do tempo e abastecendo os reservatórios subterrâneos que mantêm o escoamento dos rios nos períodos de estiagem.
- 93** A primeira norma de referência para avaliação de impacto ambiental no Brasil foi a Resolução CONAMA n.º 1/1986, cujo escopo estabelece e fixa os requisitos de procedimento para a definição da abrangência do EIA, independentemente das peculiaridades do projeto e das características ambientais da área.
- 94** Na terraplenagem, a massa de solo natural de volume natural,  $V_n$ , apresentará um aumento de volume, ou empolamento, após o solo ser escavado, com um volume solto,  $V_s$ , maior do que  $V_n$ . A mesma massa de solo apresentará, depois de compactada, um volume compactado,  $V_c$ , menor do que  $V_n$ . Em média, o  $V_s$  é 25% maior do que o  $V_n$ , e o  $V_c$  é 15% menor. A massa específica aparente seca natural ( $\gamma_n$ ) será, portanto, maior do que a massa específica aparente seca solta ( $\gamma_s$ ) e menor do que a massa específica aparente seca compactada ( $\gamma_c$ ).
- 95** Na identificação de jazidas para empréstimo de solo, o volume de material é estimado multiplicando-se a área da fonte de material pela profundidade média explorável estimada ou determinada por sondagens expeditas. A profundidade média das fontes de material é estimada realizando-se uma malha de furos de sondagem a trado, sondagem a percussão, poços e trincheiras exploratórios ao longo da área demarcada. O espaçamento dos furos varia entre 20 m e 100 m, em função das dimensões e topografia da área, e do volume necessário.

**96** Segundo o Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.057/2001, serão utilizados para a política urbana, entre os diversos instrumentos, para o planejamento municipal: o plano diretor municipal, a carta geotécnica, o zoneamento ambiental, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, a gestão orçamentária participativa, os planos, programas e projetos setoriais, os planos de desenvolvimento econômico e social, e a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo.

**97** Segundo o Estatuto da Cidade, o plano diretor é obrigatório, entre outros, para cidades: com mais de vinte mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

**98** Se a urbanização for desordenada, existem maiores dificuldades para a execução de obras convencionais de esgotamento sanitário, devido a fatores como o traçado e a largura de vielas e becos, que não permitem a implantação conjunta de rede de drenagem e de esgotos, pois a ocupação desordenada cria situações desfavoráveis, como fundos de vale em interior de quarteirão e ausência de pontos de lançamento e formação de áreas de risco.

Julgue os itens a seguir, acerca do plano diretor e dos instrumentos de parcelamento do solo urbano e desapropriação previstos na legislação.

**99** São casos de utilidade pública que poderão justificar desapropriação por parte dos concessionários de serviços públicos ou dos estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público: a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios, o funcionamento dos meios de transporte coletivo.

**100** Os que, por meio de licitação pública, adquirirem imóveis alienados pelo município mediante desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública estarão isentos de cumprir as exigências de edificação, utilização ou parcelamento compulsórios que tenham dado causa ao processo de desapropriação.

**101** O prefeito incorrerá em improbidade administrativa quando não tornar acessível ao público todos os estudos que tiverem subsidiado a elaboração do plano diretor municipal.

**102** Nas desapropriações de utilidade pública, caso o expropriante alegue urgência, a emissão provisória na posse do bem desapropriado poderá se dar mediante o depósito do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior.

**103** Obras de utilidade pública podem ocupar temporariamente, se necessário, terrenos vizinhos não edificadas. Essa ocupação deve ser indenizada por ação própria do poder público ou do expropriante.

**104** Antes da elaboração de projeto de loteamento, o interessado deverá apresentar à prefeitura municipal, ou ao Distrito Federal, quando for o caso, a sua proposta para o uso do solo, o traçado dos lotes, o sistema viário, os espaços livres e as áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário.



As ocupações informais de baixa renda em áreas de fragilidade ambiental fazem contrapor dois valores e direitos constitucionalmente garantidos: o direito de permanecer na área ocupada para moradia e o direito de todos ao meio ambiente saudável. Considerando que essa é uma contraposição que requer, do ponto de vista técnico, estudos de viabilidade econômica, ambiental e social, visando o equilíbrio das decisões e a garantia de compensação de um dos valores quando sobreposto pelo outro, julgue os itens subsequentes.

- 105** O estudo de impacto ambiental é obrigatório para a regularização urbanística de quaisquer ocupações informais localizadas em áreas de preservação permanente.
- 106** O estudo de viabilidade adotado em projetos de regularização de ocupações informais, especialmente nos que utilizam recursos advindos de acordos de empréstimo com agências multilaterais de desenvolvimento, deve considerar, em sua dimensão social, sempre o critério de manutenção das famílias no lugar onde estão; ou, em situações de absoluta impossibilidade, proceder ao reassentamento involuntário, cujo custo deve ser considerado no orçamento do projeto.
- 107** O método da avaliação contingente, adotado em avaliação econômica de projetos, estima o valor que um bem coletivo tem para cada indivíduo, por meio de perguntas hipotéticas a respeito da disposição a pagar para a proteção ou manutenção desse bem coletivo.
- 108** A avaliação hedônica é um método de avaliação social que auxilia a tomada de decisões de políticas sociais a partir do poder de compra das famílias.
- 109** O estudo técnico de viabilidade constante do processo de regularização de ocupações informais em áreas de preservação permanente pode restringir o acesso público aos cursos d'água, considerando a função social da propriedade e o direito de habitação das famílias.
- 110** No estudo de viabilidade técnica de regularização em áreas de preservação permanente, os gleissolos são considerados prioritários para a ocupação por sua resistência geotécnica.

Com relação ao Estatuto da Cidade e ao planejamento urbano, julgue os itens a seguir.

- 111** Entre as ações de ordenações e controle do uso do solo, o Estatuto da Cidade prevê a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, incentivando a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes.
- 112** Segundo a Lei n.º 10.257/2001, compete aos estados e municípios legislar sobre normas gerais de direito urbanístico e instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

No que se refere a planejamento urbano, julgue os próximos itens.

- 113** O tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano, a instituição de unidades de conservação e a outorga onerosa do direito de construir e de alterar o uso integram os institutos jurídicos e políticos dos instrumentos da política urbana contidos na Lei n.º 10.257/2001.
- 114** Destinado a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00, salvo exceções previstas, o programa de arrendamento residencial elaborado pelo Ministério das Cidades objetiva fornecer moradia à população de baixa renda, e será implementado na forma de arrendamento residencial com opção de compra.
- 115** Os municípios são responsáveis por providenciar os recursos financeiros necessários para implementação do programa habitacional popular Minha Casa Minha Vida.
- 116** Segundo o projeto de lei que trata da mobilidade urbana, a política de mobilidade urbana tem como objetivo contribuir para o acesso setorial à cidade, por meio do planejamento e gestão do sistema de mobilidade urbana.
- 117** O programa de mobilidade urbana do Ministério das Cidades prevê ação de apoio à elaboração de projetos de sistemas integrados de transporte coletivo urbano, que contempla as seguintes modalidades: plano diretor de transporte urbano; projeto de circulação não motorizada; projetos de sistemas integrados de transporte e circulação; e projetos de terminais.
- 118** As orientações do conteúdo mínimo do plano diretor, considerado o interesse local incluem a demarcação dos territórios ocupados pelas comunidades tradicionais e a demarcação de áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído do patrimônio.
- 119** Segundo a Lei n.º 10.998/2004, que altera o programa de subsídio à habitação de interesse social, as condições e diretrizes para a implementação do programa devem considerar, entre outros aspectos, a faixa de renda de interesse social, para os fins de que trata essa lei.

Acerca de conhecimentos gerais de planejamento urbano e meio ambiente, julgue os itens que se seguem.

- 120** O direito de preempção confere ao poder público estadual, mediante elaboração de um plano regional-metropolitano, o direito de instituir áreas de proteção ambiental em áreas internas aos limites jurídicos municipais.
- 121** Nos termos da Resolução n.º 34/2005 do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, definidas as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, o plano diretor deve determinar critérios para a caracterização de imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados e critérios para a aplicação do instrumento estudo de impacto de vizinhança.

Com base no disposto na Lei Federal n.º 6.766/1979, julgue o item subsequente.

**122** Em suas disposições preliminares, essa lei estabelece que a infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

Com relação ao desenvolvimento urbano, julgue os itens de **123** a **132**.

**123** O estudo de impacto de vizinhança (EIV) deve ser apresentado aos órgãos públicos municipais para aprovação por ocasião da implantação de empreendimentos em área rural de determinado município, podendo, inclusive, substituir o estudo de impacto ambiental (EIA).

**124** O programa urbanização, regularização e integração de assentamentos precários do Ministério das Cidades tem objetivo básico de apoiar os entes da Federação, inclusive o Distrito Federal (DF), nas intervenções necessárias à regularização fundiária de população localizada em área inadequada à moradia ou em situações de risco.

**125** Como previsto no programa urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, segundo informe do Ministério das Cidades, a área de intervenção deverá ser ocupada por, no máximo, 50% de famílias com renda de até R\$ 1.050,00.

**126** Para que a mobilidade urbana seja efetivamente incorporada nas ações do planejamento, é necessário promover a integração dos diversos modos de transporte.

**127** No que se refere à gestão do plano diretor de transporte urbano de Recife (PDTU-Recife), coordenado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), órgão vinculado ao Ministério das Cidades, cada município diretamente envolvido no plano deve assumir a responsabilidade individual, não cabendo aos estados interferir nesse processo.

**128** A CBTU opera trens urbanos em Belo Horizonte, Salvador, Maceió, João Pessoa, Natal e Recife, além de financiar a construção dos metrô de Salvador e Fortaleza e a ampliação dos metrô de Recife e Belo Horizonte.

**129** O Estado pode intervir no espaço construído provendo a infraestrutura e regulando o uso e a ocupação do espaço resultante. No primeiro caso, a intervenção ocorre por meio de instrumento urbanístico e engloba ações relativas a produção, regulamentação e controle do espaço.

**130** A expressão uso do solo refere-se ao conjunto das atividades exercidas por uma sociedade sobre uma aglomeração urbana assentada em localizações individualizadas, combinadas com seus padrões ou tipos de assentamento, do ponto de vista da regulação espacial.

**131** O programa de infraestrutura de transporte e da mobilidade urbana do Ministério das Cidades, prevê, como ações financiáveis, a implantação, a ampliação, a modernização e(ou) a adequação da infraestrutura dos sistemas de transporte público coletivo urbano sobre trilhos, pneus e hidroviário.

**132** No planejamento de redes de transporte urbano, a modelagem de sistemas de transporte pode ser dividida em insumos e demanda, sendo que os insumos constituem a infraestrutura de transporte disponível, enquanto a demanda é dada pelo modelo que determina o número de viagens embasadas nas características socioeconômicas da área e do nível de serviço oferecido entre as origens e os destinos.

Julgue os itens de **133** a **138**, com base na legislação ambiental urbanística.

**133** De acordo com resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, entre as competências do órgão ambiental estadual ou do DF, inclui-se o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades que estejam localizados ou que sejam desenvolvidos em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do DF.

**134** Independem de licenciamento ambiental, para sua efetiva e legal implementação, conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, atividades como, por exemplo, parcelamento de solo e pólo industrial e construção de rodovias, ferrovias, hidrovias e metropolitanos.

**135** Por definição, licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

**136** Os diversos tipos de licenças ambientais possuem prazos de validade distintos: a licença prévia vale por até dois anos; a licença de instalação, por até dez anos e a licença de operação vale por um período de seis anos a doze anos.

- 137** A política pública de saneamento e o plano de saneamento básico são os instrumentos centrais da gestão dos serviços. A política pública de saneamento define o modelo jurídico-institucional e as funções de gestão e fixa os direitos e deveres dos usuários. O plano de saneamento básico estabelece as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, definindo objetivos e metas para a universalização e programas, projetos e ações necessários para alcançá-la.
- 138** Os quatro componentes do saneamento básico são drenagem e manejo das águas pluviais, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

No que se refere a planejamento urbano e meio ambiente, julgue os próximos itens.

- 139** A participação popular no processo do planejamento urbano limita-se a dois tipos de atuação definidos como instrumentos de gestão democrática da cidade: debates, audiências e consultas públicas e conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.
- 140** O sistema de acompanhamento e controle social previsto pelo Estatuto da Cidade deve, garantir acesso amplo às informações territoriais a todos os cidadãos e monitorar a aplicação dos instrumentos do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade, especialmente daqueles previstos na Constituição Federal.
- 141** Órgão fundamental para embasamento conceitual e operativo das políticas públicas, o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) realiza estudos e pesquisas sobre desenvolvimento regional e intraurbano que envolvem questões como determinantes do crescimento dos municípios e das aglomerações urbanas no Brasil e determinantes da criação e localização das favelas nas principais cidades brasileiras.
- 142** Segundo relatório acerca do estado das cidades do mundo 2010/2011, produzido pela ONU-Habitat e publicado pelo IPEA, a fusão de cidades é uma tendência que pode ajudar tanto a diminuir a divisão urbana quanto a aumentá-la.

Acerca de desenvolvimento urbano e planejamento urbano, julgue os itens de **143** a **146**.

- 143** O programa de infraestrutura de transporte e da mobilidade urbana do Ministério das Cidades é voltado ao financiamento apenas do setor público, à implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana, de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento físico-territorial, econômico e social.
- 144** O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal e orientado pelo plano plurianual, pelas diretrizes orçamentárias e pelo orçamento anual, os quais definem diretrizes e prioridades do plano diretor.

- 145** A elaboração do plano diretor não é obrigatória para as cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, pois, nesse caso, o plano regional de desenvolvimento metropolitano e desenvolvimento das aglomerações urbanas substitui o plano diretor local.

- 146** Segundo a Lei n.º 11.481/2007, o auto da demarcação de terrenos para regularização fundiária de interesse social deve ser instruído com planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, dos quais constem a sua descrição, com suas medidas perimetrais, área total, localização, confrontantes, coordenadas, preferencialmente georreferenciadas, dos vértices definidores de seus limites, bem como seu número de matrícula ou transcrição e o nome do pretense proprietário, quando houver.

Julgue o próximo item acerca de desenvolvimento urbano e legislação ambiental.

- 147** Na descrição da ação do programa serviços urbanos de água e esgoto da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental para o abastecimento de água, consta que ela deve proporcionar elaboração de estudos e projetos, equipamento, a implantação, a ampliação ou a melhoria dos sistemas de abastecimento de água, envolvendo atividades de captação, elevação, adução, tratamento, reservação, distribuição, ligações domiciliares e sistemas simplificados.

Julgue os itens seguintes, acerca de legislação ambiental e planejamento urbano.

- 148** Para o governo federal, o estudo de impacto ambiental compreende, em linhas gerais, as atividades técnicas de diagnóstico ambiental, análise de impactos ambientais, definição de medidas mitigadoras de impactos ambientais, elaboração de programa de acompanhamento e monitoramento ambiental de projetos e atividades impactantes ao meio.
- 149** O programa serviços urbanos de água e esgoto da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental focaliza a implantação e a ampliação de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários em municípios com população superior a 20 mil habitantes, seguindo definição da quantidade da população mínima para elaboração de planos diretores municipais.
- 150** A caracterização da oferta e do *deficit*, indicando as condições de acesso e a qualidade da prestação de cada um dos serviços e considerando o perfil populacional, com ênfase nas desigualdades sociais e territoriais, em especial nos aspectos de renda, gênero e étnico-raciais, integra o conjunto do conteúdo mínimo do plano de saneamento básico definido na Lei n.º 11.445/2007.

